

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Samuel Anderson Ferreira¹
Rosa Azevedo²

Recebido em: janeiro/2020
Publicado em: abril/2020

RESUMO

Tem como objetivo compreender a relação existente entre a Formação Humana Integral e a Orientação Profissional, numa tentativa de identificar os pontos convergentes e divergentes entre ambas. Entende-se a Formação Humana Integral como a aquisição da autonomia frente à sociedade e frente às condições de escolha. E, considerando-se que a Orientação Profissional se dá no período da adolescência, momento de grandes mudanças e de diversas escolhas, dentre as quais, a escolha profissional com vistas a sua entrada no mundo do trabalho, acredita-se que tem grande potencial de ser uma ferramenta para auxiliar o indivíduo em seu processo de desenvolvimento rumo a uma formação integral. A pesquisa perpassa pela temática da Orientação Profissional e da Formação Humana Integral discutindo os fundamentos históricos e etimológicos e a prática das mesmas em ambiente escolar. Os resultados do estudo sinalizam que a Orientação Profissional, pautada em princípios sólidos de criticidade e voltada para a emancipação do aluno, pode colaborar para a Formação Humana Integral dos alunos da EPTNM. Além disso, sinalizando que os pontos de convergência e divergência se encontram nos princípios ideológicos que embasam a prática da Orientação Profissional que poderá ser efetivada com um viés emancipador, visando à autonomia, ou com um cunho mercadológico e alienante, visando meramente à empregabilidade.

Palavras-chave: Orientação Profissional; Formação Humana Integral; Desenvolvimento da autonomia e da emancipação.

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Eirunepé. E-mail: ferreira_sa7@yahoo.com.br

² Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus Centro. E-mail: rosa.azevedo@ifam.edu.br

PROFESSIONAL GUIDANCE AND INTEGRAL HUMAN TRAINING IN MIDDLE-LEVEL TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION

ABSTRACT

It aims to understand the relationship between Integral Human Formation and Vocational Guidance, in an attempt to identify the convergent and divergent points between them. Integral Human Formation is understood as the acquisition of autonomy in the face of society and the conditions of choice. And, considering that the Professional Orientation occurs in the period of adolescence, a moment of great changes and several choices, among which, the professional choice with a view to entering the world of work, it is believed that it has great potential for be a tool to assist the individual in their development process towards integral formation. The research goes through the theme of Vocational Guidance and Integral Human Formation discussing the historical and etymological foundations and their practice in the school environment. The results of the study indicate that Vocational Guidance, based on solid principles of criticality and focused on student emancipation, can contribute to the Integral Human Education of EPTNM students. Moreover, signaling that the points of convergence and divergence are found in the ideological principles that underlie the practice of Professional Guidance that can be effected with an emancipating bias, aiming at autonomy, or with a marketing and alienating nature, aiming merely at employability.

Keywords: Professional Orientation. Integral Human Formation. Development of autonomy and emancipation.

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte bibliográfico da pesquisa de mestrado em andamento que pretende analisar os aspectos em que um programa de Orientação Profissional pode atuar na Formação Humana Integral de alunos da Educação Profissional Técnica de

Nível Médio - EPTNM. Mais especificamente, objetiva-se compreender a relação existente entre a Formação Humana Integral e a Orientação Profissional, numa tentativa de identificar os pontos convergentes e divergentes entre ambas.

Considerando as diversas opções do psicólogo no âmbito da escola, acredita-se que sua atuação na Orientação Profissional seja de grande relevância para o aluno que cursa o nível médio, principalmente, para o estudante da EPTNM, uma vez que ela permite a realização de uma ligação entre a escola e o mundo do trabalho, possibilitando ao aluno reflexões e compreensões que no dia a dia das aulas não seriam possíveis. Considerando-se a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, isto se torna ainda mais relevante, por prezar por um ensino que entende o trabalho como princípio educativo e, portanto, o conhecimento do e para o mundo do trabalho é necessário e relevante.

Neste sentido, por entender a importância da Orientação Profissional para o indivíduo em formação e também da Formação Humana Integral para a construção de um cidadão emancipado, pretende-se com a presente pesquisa identificar os aspectos em que as teorias que embasam estes dois conceitos convergem e os aspectos em que divergem, analisando ainda os tipos de Orientação Profissional e qual seria o mais indicado para que se alcance o objetivo da Formação Humana Integral, a saber, a emancipação e a autonomia.

Deste modo, o trabalho é desenvolvido em duas partes principais, sendo que na primeira discute-se a Orientação Profissional, as vertentes existentes e a relação delas com o objetivo de alcançar a Formação Humana Integral dos alunos. Na segunda parte, discute-se o conceito de Formação Humana Integral, suas bases e os conceitos relacionados, como Politecnia, escola unitária, emancipação, dentre outros, além da relação da Formação Humana Integral e a luta de classes, tentando identificar relação entre os objetivos da Formação Humana Integral e os objetivos da Orientação Profissional.

1 A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA EPTNM

Apresenta-se algumas vertentes e modelos existentes em Orientação Profissional, evidenciando aqueles que levam em consideração as condições sócio-

histórico-culturais nas quais os sujeitos estão inseridos, tendo em vista que o sujeito da Orientação Profissional, o adolescente, é um indivíduo em formação e que, portanto, a influência que recebe do meio – social, cultural e político – poderá afetar suas escolhas de forma direta e decisiva não só em sua identidade profissional, mas também em sua identidade pessoal, ou seja, no modo como se percebe nesta relação que estabelece com a sociedade e consigo mesmo.

Apesar de, em geral, estes dois aspectos serem discutidos como antagônicos (BOCK, 2018; NEIVA, 2013; CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2010), considera-se insuficiente uma orientação que leve em conta apenas os aspectos sócio-histórico-culturais, portanto extrínsecos, sem considerar os aspectos intrínsecos ao sujeito, desconsiderando deste modo suas habilidades e aptidões pessoais. Da mesma forma, seria alienante uma orientação que considerasse apenas os aspectos da personalidade do indivíduo e não levasse em consideração a sociedade na qual está inserido e as relações de classe e de poder que têm influência direta sobre suas (im)possibilidades de escolha. Daí a necessidade de viabilizar o diálogo entre vertentes que apresentam estes dois posicionamentos de modo a construir uma Orientação Profissional que enxergue o sujeito em sua complexidade e completude, que não pode ser reduzido meramente ao aspecto profissional e ou praticista.

No contexto deste estudo pretende-se averiguar a Orientação Profissional enquanto atividade desenvolvida pelo psicólogo escolar, trazendo abordagens específicas de sua atuação diretamente na EPTNM. Neste sentido serão abordadas algumas experiências de Orientação Profissional em EPT, perpassando pela discussão das diferentes vertentes da Orientação Profissional e evidenciando as que, em nosso entendimento, mais favoreçam ao desenvolvimento de uma Orientação Profissional que contribua na Formação Humana Integral do sujeito.

O histórico da Orientação Profissional tem seu marco com a criação do primeiro Centro de Orientação Profissional Norte Americano em Boston entre os anos de 1907 e 1909 com a finalidade de selecionar o profissional ideal para a função ideal (LIMA; ALENCAR; SOUSA, 2017). Os objetivos da Orientação Profissional em seus primórdios estavam diretamente associados ao interesse no aumento da produtividade

industrial, havendo concordância entre diversos autores (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2010; NEIVA, 2013; ROSA; LUZ, 2017; BOCK, 2018) de que inicialmente e até meados do século XX a Orientação Profissional teve suas ações sempre voltadas para a adequação dos candidatos a vagas de emprego, buscando analisar através de testes psicométricos o perfil do orientando e fazendo comparações com o interesse da indústria para a vaga ofertada.

No Brasil, de acordo com Rosa e Luz (2017), a Orientação Profissional teve início na década de 1920 com a seleção e orientação dos alunos do Liceu de Artes e Ofício e surgiu com um forte cunho pedagógico, mas ainda mantendo o interesse voltado para a construção do perfil adequado à vaga e abastecimento da indústria. Lima, Alencar e Sousa (2017) apresentam três etapas, através das quais o perfil do orientando era traçado: a análise das características do indivíduo; a análise das características das ocupações ofertadas pela indústria e o cruzamento das informações. Carvalho e Marinho-Araújo (2010) afirmam que este modelo se perpetuou até a efetivação da regulamentação da psicologia como profissão no Brasil, na década de 1960, na qual o psicólogo atuava com “[...] práticas que focavam a avaliação e o atendimento de indivíduos, servindo muitas vezes à mera classificação, estigmatização e normalização dos sujeitos” (p. 220). As críticas a este modelo surgem apenas a partir da década de 1970 quando novas abordagens em Orientação Profissional começam a se desenvolver.

Sparta (2003, p. 3-4) alega que,

Desde o seu nascimento, na década de 1920, a Orientação Profissional brasileira pautou-se pelo modelo da Teoria do Traço e Fator; isto é, pelas ideias de que o processo de Orientação Profissional é diretivo e o papel do orientador profissional é o de fazer diagnósticos, prognósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo.

Este cenário permaneceu até meados do século XX quando começaram a surgir trabalhos em Orientação Profissional pautados em princípios que não se fundamentavam apenas na perfilhação do sujeito, mas considerando outros aspectos de influência além do perfil expresso em testes psicológicos. Costa (2017) elenca quatro estágios pelos quais passou a Orientação Profissional da década de 1960 até a década de

1980, quanto ao domínio dos modelos utilizados, a saber: primeiro, Orientação Profissional basicamente informativa com captação de interesses e cruzamento de informações; segundo, Orientação Profissional psicométrica com forte cunho no perfilhamento de indivíduos; terceiro, Orientação Profissional clínica de cunho quase inteiramente psicológico; quarto, Orientação Profissional de cunho político e social que situa o indivíduo no contexto sociopolítico e acredita que este tem influência sobre suas escolhas.

Neiva (2013) afirma que, embora novas vertentes tenham surgido³, a Orientação Profissional mantém-se basicamente regida pelos modelos presentes nos quatro estágios citados, sendo o modelo clínico ainda o mais expressivo. Entretanto, tais modelos têm sofrido, no cenário nacional, várias críticas, por já não responderem às necessidades do adolescente que procura Orientação Profissional. Bock (2018) ressalta o modelo clínico como um dos mais inadequados por embasar a Orientação Profissional principalmente na aplicação de testes psicológicos desconsiderando diversos aspectos de interesse e desejo do orientando e, principalmente, os aspectos socioculturais em que este está inserido. A este respeito Carvalho e Marinho-Araújo (2010 p. 222) afirmam que “[...] desenvolver um conceito de si e definir uma trajetória de carreira de forma consciente implica a possibilidade da pessoa se posicionar ativa e criticamente no contexto em que está inserida reconhecendo-se como sujeito *da e na* história”.

Neste sentido, embasados na perspectiva da psicologia sócio-histórica alguns autores (ROSA; LUZ, 2017; BOCK, 2018) propõem uma abordagem em Orientação Profissional que leve em consideração o contexto sociocultural do adolescente e que o considere um sujeito “[...] ativo, social e histórico, que se constitui através das mediações sociais, e que suas capacidades e aptidões também são formadas através da atividade sobre o mundo” (ROSA; LUZ, 2017, p. 165). Porém, apesar desta perspectiva crítica em psicologia, ainda predomina no cenário nacional uma abordagem que pouco considera os determinantes socioeconômicos e políticos da escolha profissional, valorizando características individuais dos sujeitos e das profissões de forma isolada e descontextualizada (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

³ Como por exemplo: modalidade de informação profissional, modalidade estatística e modalidade do desenvolvimento vocacional.

A perspectiva sócio-histórica aplicada à Orientação Profissional vem se apresentando como uma crítica ao antigo modelo que tendia a atribuir ao indivíduo a responsabilidade por sua pouca orientação frente à escolha profissional como se houvesse um desajustamento psicológico que precisasse ser corrigido pelo orientador. Tal abordagem tenta demonstrar que a falta de orientação está mais relacionada com a complexidade do sistema produtivo do que com aspectos exclusivamente individuais (LIMA; ALENCAR; SOUSA, 2017).

Carvalho e Marinho-Araújo (2010) ressaltam que a Orientação Profissional tem o objetivo de capacitar o orientando a realizar uma escolha consciente e autônoma, consciência entendida não apenas com relação à escolha em si da profissão, mas consciência de si mesmo e do espaço onde se está inserido. Concordando com o autor, entende-se que despertar a consciência de classe e de oportunidades desiguais no mundo do trabalho é também função do orientador profissional. Ao mesmo tempo, admite-se que a autonomia é sempre parcial, uma vez que a influência do meio sobre as escolhas individuais é inevitável, entretanto, ainda que de forma limitada, considerando as questões de classe e de direitos sociais negados, o direito de escolha ainda pertence ao sujeito e despertar o desejo pelo exercício desse direito o fará caminhar cada vez mais em direção à autonomia plena.

As discussões travadas até aqui são importantes para a compreensão da atuação do orientador profissional, no âmbito da educação, porém, quando se fala em Orientação Profissional, fala-se de forma genérica de uma orientação que pode ocorrer tanto em ambiente clínico quanto em ambiente escolar. No entanto, a Orientação Profissional em cada um desses ambientes assume características específicas que a distingue de outros modelos de orientação.

Neste sentido, o propósito do presente artigo é discutir a Orientação Profissional no âmbito escolar, especificamente no âmbito da EPTNM, voltada para alunos que já escolheram um curso técnico e que poderão ou não seguir carreira na profissão escolhida, tendo, portanto, um viés bastante específico que precisa ser pesquisado.

1.1 O panorama da Orientação Profissional na EPTNM no Brasil

Especificamente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, encontra-se no Instituto Federal do Piauí uma coleção de textos, lançada em 2017, organizada por Negreiros e Souza (2017), em cinco volumes *online*, com a finalidade de relatar as práticas em psicologia escolar realizadas naquele Instituto. Nos volumes 01 e 03 são encontradas práticas em Orientação Profissional, relatadas por psicólogos de diversos campi, que dão indicativos de como esse trabalho vem sendo desenvolvido.

No primeiro volume, Lima, Alencar e Sousa (2017) mencionam as atividades de Orientação Profissional desenvolvida no *Campus* Angical do Piauí, as quais foram desenvolvidas em pequenos grupos de 6 e de 8 alunos do ensino médio com duração de seis semanas e encontros semanais de 40 minutos. As autoras relatam que não fizeram uso de teste psicológico, mas trabalharam com atividades que fomentassem a reflexão nos alunos, com relação aos estudos formais e à profissão, condição socioeconômica e sua influência na escolha profissional e conhecimento das profissões. As atividades foram realizadas através de discussões temáticas direcionadas, apresentação de ilustrações e atividades práticas como preenchimento de cartolina e coleta de informações com profissionais externos.

No terceiro volume, o relato de Costa (2017) apresenta um trabalho realizado com alunos do ensino médio dos diversos cursos do campus (inscrição livre), em três encontros, por meio de oficinas de Orientação Profissional e elaboração de plano de carreira, juntamente com acompanhamento individual e feira de estágio e profissões. O ponto a ser destacado é que a autora enfatiza que a orientação tem um foco voltado para a empregabilidade como um dos fatores mais relevantes para a escolha ou não de determinada profissão, o que não corrobora com a proposta da Formação Humana Integral que visa à formação integral do sujeito como objetivo primário mantendo o foco das ações voltadas para o objetivo do sujeito e não do mercado de trabalho.

Ainda no terceiro volume é relatada a experiência de Rosa e Luz (2017) de atividade de extensão desenvolvida numa escola de nível médio da rede pública estadual no contraturno das aulas. Seu plano de trabalho é desenvolvido em oito encontros semanais com utilização principal de explanação oral, apresentação de vídeos temáticos

e dinâmicas de grupo com temáticas voltadas para o autoconhecimento, construção do projeto de vida, reflexões a respeito do processo de escolha, avaliação do conhecimento sobre as profissões, o mercado e o mundo do trabalho e reflexão sobre os valores pessoais e sua relação com a escolha da profissão. Os autores também mencionam ter utilizado testes psicológicos de cunho projetivo para autoconhecimento e em modelo de inventário para a escolha da profissão. É possível notar no relato de experiência de Rosa e Luz (2017) diferença marcante no modo de abordagem e na finalidade da orientação em comparação a Costa (2017) anteriormente citada. Apesar de Rosa e Luz (2017) também considerarem o mercado de trabalho como fator relevante, o apresentam apenas como um de diversos aspectos a serem considerados como influentes não desconsiderando as aptidões e interesses e o contexto social do sujeito.

Os relatos apresentados demonstram a importância da realização de Orientação Profissional em cursos de ensino médio técnico - situação na qual poder-se-ia sugerir que a escolha profissional já está efetivada - uma vez que muitos estudantes fazem a opção pelo Instituto Federal não apenas pela oferta do curso técnico, mas também pela qualidade do ensino, principalmente no que diz respeito aos institutos fora das capitais, onde sua presença é fator gerador de mudanças sociais e geralmente leva a novas expectativas de ensino tanto de nível médio quanto de nível superior (JORGE, 2017).

Percebe-se que a Orientação Profissional, principalmente no âmbito da EPT, ainda carece de estudo. Vertentes psicométricas que em seu surgimento foram revolucionárias, hoje já não respondem mais às necessidades de um sujeito cada vez mais inserido na sociedade e que não pode eximir-se de levar em conta a influência deste contexto sobre suas escolhas. Neste viés, mostra-se evidente que uma Orientação Profissional que pretenda alcançar eficácia no âmbito da EPT precisa considerar o sujeito em toda a sua complexidade e integralidade e, portanto, precisa ter por base uma vertente que, como afirmam Rosa e Luz (2017), vejam o adolescente como um sujeito ativo, social e histórico capaz de perceber-se em seu ambiente e de entender a importância de sua atuação para a transformação deste ambiente.

Pode-se observar, a partir do apresentado sobre Orientação Profissional que esta tem muito a contribuir para a Formação Humana Integral dos alunos, uma vez que a

vertente escolhida pelo profissional que vai conduzir a orientação tenha em suas bases o compromisso com a transformação social e reconheça a influência do contexto sócio-político-cultural do sujeito sobre suas escolhas. De modo similar, entende-se que, no contexto da EPT, apesar de o aluno já ter realizado uma escolha, uma vez que está em um curso profissional, esta escolha não é e não precisa ser definitiva e, portanto, a Orientação Profissional desenvolvida para alunos de cursos técnicos é legítima e necessária para auxiliá-lo na percepção de todas as possibilidades de escolha que ainda lhe estão ao alcance, entendendo a escolha presente como parte de um longo processo e não como seu fim.

2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA EPTNM

No intuito de introduzir a discussão sobre Formação Humana Integral, Santos (2012) realiza uma análise do conceito na obra de Marx e afirma que este a entende como proposta de um projeto de sociedade que vise à omnilateralidade e que supere a visão unilateral de sociedade e de pessoa, uma vez que a unilateralidade é condicionada por uma prática social que fomenta a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, ensino e prática. Neste sentido, a autora ressalta a importância de fazer a distinção entre formação omnilateral e formação pluriprofissional que seria o conhecimento de várias atividades distintas, mas sem a apropriação do processo produtivo como um todo, permanecendo assim a subsunção ao capital e à classe dirigente.

No sistema capitalista a formação ‘integral’ é compreendida como a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de forma que se precisar ser remanejado de uma atividade a outra, por emprego de uma máquina nova ou por alguma mudança na divisão do trabalho, possa facilmente encontrar uma colocação, sem prejudicar a organização geral do modelo produtivo (SANTOS, 2012, p. 11).

A Formação Humana Integral está além desta proposta e não visa meramente à praticidade que atenda ao capital, mas visa à formação do sujeito em seu desenvolvimento social e humano. Em última análise, a formação omnilateral pretende formar sujeitos críticos. Para além da união entre trabalho manual e intelectual, pretende-se que o trabalhador adquira a compreensão sobre a totalidade do processo

social no qual está inserido e supere a submissão ao modelo capitalista que lhe foi imposto. Mais do que instrução para o trabalho, a formação omnilateral pressupõe a crítica ao modelo histórico do trabalho sob o modo de produção capitalista (SANTOS, 2012).

A divisão histórica do trabalho entre manual e intelectual é uma estratégia do modo de produção capitalista com a finalidade de forçar o sistema educacional a funcionar de modo a suprir suas demandas fomentando um ensino que distinga trabalho manual e intelectual, simples e complexo, cultura geral e técnica, formando seres humanos unilaterais, acríticos, mão de obra extremamente qualificada para a manutenção das necessidades prementes da indústria. Uma educação pautada nestes princípios está trabalhando não pela valorização do indivíduo, mas do capital (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Ainda de acordo com os autores acima, a compreensão do conceito de Formação Humana Integral está relacionada à compreensão dos interesses do capital na educação. A transformação da indústria que fez com que esta exigisse mão de obra qualificada, diversificada, levou à exigência de profissionais versáteis, capazes de desempenhar diferentes tarefas, exigindo-se uma instrução também versátil que lhe preparasse para atividades diversificadas e para o aprendizado rápido de novas atividades, entretanto, sem a compreensão do todo, mantendo-o, por isso, submisso a seus empregadores.

A discussão do conceito de Formação Humana Integral traz à tona a discussão do conceito de politecnicidade que por vezes é apresentado como seu sinônimo, mas que, segundo Moura, Lima Filho e Silva (2015) é parte da Formação Humana Integral, mas não o seu todo. Segundo os autores, a análise dos escritos de Marx permite entrever que este pensava a Formação Humana Integral como o desenvolvimento do ser humano completo em todos os seus aspectos e, portanto, a educação politécnica perpassava por este desenvolvimento. A politecnicidade por propor em seu escopo o trabalho como princípio educativo, a cultura, a ciência e a tecnologia, mostra-se caminho essencial para se chegar à formação integral do sujeito. Entretanto, esta formação integral perpassa por outros aspectos que os autores dividem em três: a crítica à educação burguesa, a relação

do proletariado com a ciência a cultura e a educação e a formação integral do homem a partir da rearticulação entre o trabalho manual e a atividade intelectual.

2.1 Politecnia e Formação Humana Integral

Nosella (2007) abre uma discussão até então inédita sobre politecnia ao apresentar este conceito como um posicionamento historicamente ultrapassado, que teve sua força na década de 1990, mas que na atualidade já não está mais na pauta dos educadores e que, portanto, deveria ser substituído. Sua crítica ao uso do termo está embasada principalmente na questão semântica, que, segundo o autor, foi totalmente desconsiderada por aqueles que fazem uso dele, uma vez que, etimologicamente, o termo politécnico significa o uso de múltiplas técnicas não se poderia, segundo ele, sugerir que o termo politecnia significasse a unificação do trabalho manual e intelectual conforme propõem os que mantêm o uso do mesmo.

A discussão do uso do termo politecnia que aqui é feita, tem como base Saviani (2003), que, segundo Nosella (2007), é o único defensor da politecnia que faz ressalvas quanto à etimologia da palavra. Para este autor, tais ressalvas são insuficientes, e assevera que a palavra original do texto de Marx era *tecnológica* e não *politécnica* ao se referir à proposta educacional para os trabalhadores. Entretanto, admite o que pondera Saviani (2003), que o termo tecnológico na contemporaneidade indica mais os princípios da classe dominante do que os princípios da classe trabalhadora.

Ramos (2017) faz um adendo a esta discussão ao afirmar que o auge do uso do termo se deu, de fato, nas décadas de 1980 e 1990, em virtude de que neste período pós ditadura civil militar, estavam sendo construídos os fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da educação e tentava-se construir uma LDB que fosse pautada nos princípios da Formação Humana Integral e, portanto, procurava-se caminhar para a construção de uma escola politécnica no entendimento que se fazia naquele momento das leituras de Marx.

A autora afirma que o recente retorno ao termo politecnia se deve à rediscussão da política do ensino médio em virtude das mudanças na educação, tanto no início dos anos 2000, com a lei 5.154/2004 que revogou a lei 2.208/1997, quanto atualmente, em

virtude do que chama de contrarreforma proposta pelo governo, a partir da lei 13.415/2017. Neste sentido, assevera que o momento atual é sim momento propício para a retomada da discussão sobre politecnia.

Moura, Lima Filho e Silva (2015) entendem que o uso do termo dentro do contexto da EPT em um conceito meramente etimológico desvinculado de sentido historicamente adquirido está favorecendo diretamente ao interesse capitalista uma vez que o profissional que seja capacitado para desenvolver diversas tarefas de acordo com o interesse e a necessidade da indústria, mas que não tenha desenvolvido a criticidade para situar-se dentro desta relação nem para compreender que precisa empoderar-se do todo como meio de emancipação, terá recebido uma educação polivalente, mas não politécnica e estará ainda subsumido aos interesses do capital. A politecnia e, por consequência, a Formação Humana Integral visa, primariamente ao empoderamento do trabalhador com vistas a sua emancipação.

Apesar de discordar do uso que se faz do termo politecnia, Nosella (2007) não discorda do conceito de formação onilateral, nem da ideia de superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual como ideal da educação, ao contrário, reafirma tal ideia e apresenta a escola unitária como proposta adequada para a efetivação deste tipo de educação. Segundo o autor, a ênfase dada historicamente ao trabalho enquanto produção de mercadorias refletiu os valores do modelo industrial, “[...] para o qual o trabalho intelectual, a rigor, nem trabalho era” (NOSELLA, 2007, p. 148) e reafirma a contribuição de Gramsci que, segundo ele, representou bem as ideias de Marx da unitariedade educacional:

Assim como todos os homens são intelectuais, os intelectuais também são trabalhadores, pois nem o trabalho braçal dispensa o cérebro, nem o trabalho intelectual dispensa o esforço muscular nervoso, a disciplina, os tempos e os movimentos. Infelizmente, para a sociedade em que vivemos, os jovens “trabalham” de dia e de noite “estudam”; ou então se diz: “Mas você só estuda? Não trabalha?”, ou seja, o estudo não é considerado trabalho. (NOSELLA, 2007, p. 148).

Saviani (2003) afirma que a dificuldade de alcançar uma educação que propicie uma Formação Humana Integral está diretamente relacionada ao modo de produção capitalista, uma vez que o conhecimento é visto como meio de produção e, portanto, não deve ser disponibilizado ao trabalhador. Ao passo que, paradoxalmente, o trabalhador precisa do conhecimento para realizar suas atribuições. Neste sentido, a solução é disponibilizar ao trabalhador o conhecimento fragmentado, meramente suficiente para o desenvolvimento de suas atividades laborais.

Este modelo foi também transmitido à escola quando dos cursos profissionalizantes que visam ao treinamento em uma área específica de conhecimento para atuação na indústria. Este tipo de treinamento favorece e fortalece o modo de produção capitalista que visa à fragmentação do trabalho, gerando, além disso, uma separação social entre aqueles que executam e aqueles que controlam o processo de trabalho, sendo o conhecimento científico direcionado a estes e o ensino profissionalizante àqueles (SAVIANI, 2003).

A partir desta relação entre a divisão do trabalho, sua relação direta com a escola e sua conseqüente divisão social, Saviani (2003) apresenta a ideia de politecnia como a crítica a este modelo e a proposta de sua superação. Superação esta que se fará mediante a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo, não fragmentado, a serviço da coletividade. É neste sentido que a mudança da educação se tornará em mudança da sociedade, como afirma Nosella (2007, p. 150) quando diz que “[...] a unitariedade escolar cresce *pari passu* com a unitariedade cultural e econômica da sociedade”.

Deste modo, torna-se importante uma discussão desta formação para a vida em sociedade, que é também papel da escola. Neste sentido, a formação para o mundo do trabalho é também função de uma educação que pretenda formar um sujeito completo, crítico e consciente de seu papel social.

2.2 Formação Humana Integral e Formação para o Trabalho

Zen e Oliveira (2018) buscam as bases teóricas para a concepção de Formação Humana Integral em três autores: Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire, segundo

os autores, Marx apresenta a questão do trabalho, alienação e emancipação humana, Gramsci, a escola unitária e a formação omnilateral e Freire a práxis, a conscientização e a libertação que, segundo ele é função da escola. Estes autores entendem que para que se possa falar em Formação Humana Integral esta precisa perpassar por todas estas etapas.

Os autores supracitados apresentam dois sentidos do trabalho, o ontológico e o histórico. O primeiro, o ontológico, relacionado ao fato de o trabalho ser atividade vital do homem, essencial no processo de formação integral do homem, entrando em acordo com Ramos (2017) que afirma que a classe trabalhadora é a classe que efetivamente produz a existência social, uma vez que, diferentemente da classe dos dirigentes, o seu trabalho gera um produto tangível enquanto aqueles apenas vivem do resultado do trabalho destes. O segundo, o histórico, está no significado que o trabalho adquiriu em cada período das diferentes sociedades construídas pela humanidade, sendo que a alienação do trabalhador acontece justamente no momento histórico da ascensão do capitalismo com a divisão social e técnica do trabalho, deste modo, a alienação do trabalhador está relacionada ao sentido histórico do trabalho e a Formação Humana Integral apresenta-se como contraponto à alienação.

Ribeiro, Sobral e Jataí (2016) propõem que os conceitos centrais que compõem a base para a formação omnilateral são a politecnia, a escola unitária e a educação tecnológica. Sua prioridade é a superação do dualismo instaurado na educação formal que é reforçado pelo discurso da qualificação profissional e da empregabilidade. Segundo eles esse discurso está eivado de relações estabelecidas pela ideologia dominante que relaciona a melhoria de vida dos trabalhadores e a empregabilidade à profissionalização, entretanto, segundo os autores isto representa uma estratégia do Estado para adequar a educação ao mercado de trabalho com apoio da classe operária a partir das utopias de melhoria de vida e de emprego garantido, quando a finalidade real está em atender à demanda do mercado.

Entretanto, esta posição do Estado apenas garante ao sistema capitalista o domínio da educação e a consequência disso não está apenas na área econômica mas também no mundo das ideias, dos valores e das relações sociais, ou seja, a afirmação de

que o trabalhador que produz a mais valia para o mercado não usufrui deste produto de seu trabalho estende-se também para outras áreas como cultura e conhecimento que também são manipulados pelos dirigentes e detentores do capital e disponibilizados exclusivamente para a categoria dominante. Neste sentido, é imprescindível que os conceitos centrais da omnilateralidade: politecnia, escola unitária e educação tecnológica sejam reforçados e aplicados na EPTNM para que seja possível, ainda que em longo prazo, a superação do modelo de produção capitalista. Por mais que se consiga aliar o trabalho produtivo e a instrução se a finalidade não for a superação do modelo capitalista não se pode falar em formação omnilateral porque ainda se estará sob o jugo do capital e, conseqüentemente, não estará ocorrendo promoção da autonomia (RIBEIRO; SOBRAL; JATAÍ, 2016).

Para os autores supracitados, a escola unitária de Gramsci é vista como a concretização da educação omnilateral proposta por Marx, sendo o modelo de escola ideal, o que corrobora com o pensamento de Moura, Lima Filho e Silva (2015) que afirmam que a escola unitária é o lugar onde a educação politécnica deverá ocorrer. Entretanto, os autores concluem que considerando o modelo capitalista da sociedade, a concretização deste modelo não é possível no presente, entretanto, entendem que a escola de ensino integrado é o modelo de transição para se chegar a este fim, uma vez que promove a integração do trabalho intelectual e manual, e entende o trabalho como princípio educativo, além de ter como princípio o ensino cultural, científico e tecnológico.

A partir desta análise apresenta-se uma crítica às propostas de currículo integrado que meramente têm a finalidade de aquisição de conhecimento, porém sem a finalidade de desenvolver o pensamento crítico e fomentar a emancipação pretendendo-se educação integral pela mera junção dos currículos. Ressalta-se, inclusive, que a escola unitária de Gramsci não contempla a formação profissional, esta se fez pela necessidade da classe operária de iniciar sua atividade profissional mais cedo do que a classe dos dirigentes, deste modo, o que se pretende é que a formação profissional, uma vez necessária, seja aplicada de forma diretamente associada à formação geral de modo a que seja uma formação unitária e não dicotômica.

Na realidade do Brasil contemporâneo entende-se que o fortalecimento do ensino politécnico é imprescindível para o processo formativo porque é ele que permitirá aos estudantes compreender os fundamentos científicos tecnológicos e sócio históricos da produção. Neste sentido, a primeira percepção que a politecnicidade e, conseqüentemente, a formação omnilateral irá gerar no estudante é a compreensão do seu lugar no processo. É imprescindível que o estudante compreenda não somente a divisão social do trabalho, mas também o seu lugar e seu papel nesse processo de construção. A politecnicidade então levará o sujeito a desenvolver o aspecto ontológico no aprendizado por meio do trabalho (RAMOS, 2017).

A autora supracitada propõe o fortalecimento do sentido filosófico da integração entre trabalho manual e intelectual com a finalidade de fazer com que o sujeito se perceba como fruto das relações histórico sociais integrando as dimensões fundamentais da práxis social: trabalho, ciência e cultura. A apreensão desses conceitos pode colaborar para que o estudante compreenda a prática econômica não com a finalidade de acumulação de riquezas, mas enquanto produção social necessária à existência humana.

Tal compreensão pode gerar um novo sentido para o trabalho, a partir do qual as especializações serão ordenadas, não mais com a finalidade de atender especificamente as necessidades da indústria, mas da sociedade como um todo. A escolha profissional do sujeito, então, se fará pautada tanto nas necessidades sociais quanto em seus interesses ideológicos e habilidades pessoais. A pergunta para a escolha profissional então deverá mudar de “qual profissão o mercado está contratando” para “que tipo de profissional o setor da sociedade no qual estou inserido precisa”.

É neste sentido que se espera construir uma Orientação Profissional, que seja pautada nos objetivos da sociedade e não de uma camada específica da sociedade e/ou da burguesia, de modo a promover uma formação crítica dos alunos e orientada para a transformação social, ou seja, uma Formação Humana Integral.

2.3 A Formação Humana Integral a partir da Orientação Profissional

Moura, Lima Filho e Silva (2015) afirmam que a finalidade da Formação Humana Integral é dar ao trabalhador condições de voltar a ter o domínio sobre o conteúdo do próprio trabalho, dando-lhe condições de enfrentar as contradições entre capital e trabalho, em suma, gerando nele maior independência e autonomia. Esta colocação corrobora com a perspectiva da Orientação Profissional apresentada por Bock (2018) que propõe a mesma como meio de auxiliar o orientando a desenvolver sua autonomia para a escolha. Quanto mais o adolescente tem oportunidades de refletir sobre o mundo do trabalho e suas possibilidades mesmo dentro de circunstâncias sociais desfavoráveis, melhor preparado ele vai estar para realizar uma escolha mais consciente.

Com relação à consciência da escolha, Carvalho e Marinho-Araújo (2010) pontuam que a intervenção efetivada pela Orientação Profissional visa a “instrumentar a pessoa a realizar escolhas conscientes e autônomas na definição de sua identidade profissional” (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.221). Esta consciência está relacionada também à consciência de sua condição de classe e das oportunidades desiguais a que está submetido pelo sistema social. A ampliação desta consciência e da necessidade de posicionamento frente a esta condição é também proposta da Orientação Profissional.

Nosella (2011) propõe uma discussão quanto ao direito à indefinição profissional, ou seja, a relação dicotômica e desleal que existe entre os filhos da classe dirigente que podem passar o ensino médio preparando-se tanto para as provas de ingresso às universidades, quanto neste período não precisam se preocupar com a profissão a ser escolhida, enquanto os filhos da classe operária precisam optar por um ensino profissionalizante já aos 14 ou 15 anos para poderem ter uma profissão para ajudar no sustento da casa, ou, quando em situação ainda mais adversa precisam cursar o ensino médio a noite para durante o dia trabalharem em uma profissão para a qual não foram formados, ou até mesmo em subempregos que não teriam escolhido se tivessem oportunidade.

Ramos (2017) apresenta uma reflexão que corrobora com Neiva (2013) quanto à necessidade de uma avaliação da maturidade para a escolha profissional antes de

iniciar o processo de orientação, quando baseada nos escritos de Gramsci, afirma que a escolha profissional deveria ser feita quando o aluno já tivesse sido levado a um grau de maturidade intelectual. Este conceito leva a retomar o histórico da construção da LDB de 1996, quando, segundo a autora, a proposta inicial era de que o ensino fosse apenas propedêutico e que a escolha da profissão se fizesse então quando da entrada no curso universitário, ou mesmo através de curso técnico, mas que se fizesse após a conclusão do ensino médio que teria, então, a finalidade de viabilizar ao aluno o amadurecimento necessário para a realização desta escolha.

Considerando a Formação Humana Integral como critério essencial no processo de emancipação do indivíduo e considerando ainda que esta emancipação se fará tanto mais quanto for o autoconhecimento do sujeito e o conhecimento da realidade na qual está inserido, acredita-se que uma Orientação Profissional eficaz deva ser pautada na realidade presente dos indivíduos que decidem participar dela. Não é possível realizar uma orientação genérica, pautada em perfis pré-fabricados, mas a orientação vai sendo construída conforme os alunos vão se descobrindo e se revelando nesta descoberta e a partir daí vai se percebendo quais aspectos precisam ser mais ou menos trabalhados com determinados indivíduos ou grupos de indivíduos em determinado momento e em determinada circunstância. Em outras palavras, a Orientação Profissional vai sendo construída a partir do fazer coletivo de orientador e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo que teve como objetivo compreender a relação existente entre a Formação Humana Integral e a Orientação Profissional, numa tentativa de identificar os pontos convergentes e divergentes entre ambas, pode-se inferir que tanto em Marx quanto em Gramsci, o princípio base da Formação Humana Integral é o desenvolvimento da autonomia que se manifesta na compreensão do mundo do trabalho e da vivência do trabalho enquanto sujeito de direito, crítico e orientado para a emancipação. Além disto, a construção deste sujeito se faz no período escolar, ou seja, no período que precede, ou, para alguns, é concomitante, mas não por escolha, ao momento de inserção no mundo do trabalho e, portanto, a orientação para a inserção no

mundo do trabalho no ambiente escolar no período específico de escolha pode ser ferramenta importantíssima para o desenvolvimento da Formação Humana Integral do sujeito.

Existe, portanto, uma relação intrínseca da Orientação Profissional com a Formação Humana Integral, conquanto aquela pretende levar o sujeito a uma autonomia quanto à sua escolha de futuro, sendo este o ponto de convergência entre ambas, uma vez que na construção de um senso crítico com vistas à autonomia para a escolha profissional, o aluno tende a ampliar esta criticidade para outras áreas de sua vida, tornando-se cada vez mais crítico e autônomo para suas escolhas. Entretanto, esta convergência está condicionada aos princípios em que se pauta a Orientação Profissional, princípios estes que devem promover o desenvolvimento da autonomia do aluno para uma escolha com criticidade social, que o leve a se perceber sujeito atuante e capaz de transformar a própria realidade, a partir de suas escolhas.

Desse modo, considerando-se que a escolha da profissão é extremamente relevante para a trajetória da vida adulta do sujeito, entende-se que uma Orientação Profissional que desconsidere os aspectos sociais, políticos e culturais em que o aluno está inserido é alienante e está de acordo com os interesses do capital. É neste ponto que a Orientação Profissional pode ser divergente da Formação Humana Integral, uma vez que não é a Orientação Profissional em si que irá ajudar o sujeito a caminhar para a autonomia, mas os princípios ideológicos do orientador que poderão não só ser alienantes como também poderão reforçar no sujeito seu sentimento de objeto, massa de manobra do interesse dos dirigentes, quando é orientado a compreender as necessidades da indústria para, a partir delas, realizar suas escolhas profissionais.

Neste sentido, acredita-se que uma Orientação Profissional que vise à Formação Humana Integral não pode prescindir de considerar o sujeito como inserido em uma sociedade e com uma história de vida pessoal e social, que é influenciado, mas que também é um sujeito de escolha e, como tal, age de forma a influenciar o meio em que vive. Ao mesmo tempo em que não pode deixar de considerar os aspectos relativos às aptidões individuais para a execução de determinadas atividades e, consequentemente, a efetivação da escolha profissional.

Assim, postula-se por uma Orientação Profissional crítica, que entenda o sujeito em seu contexto social e respeite as escolhas e princípios individuais deste sujeito, uma orientação que leve em consideração os atributos intrínsecos do sujeito sem ser alienante a ponto de desconsiderar seu meio social e suas possibilidades reais, pois ao se compreender o indivíduo como ser complexo e multifacetado, haverá melhor possibilidade de ajudá-lo a caminhar em direção à autonomia e ao seu desenvolvimento pleno enquanto sujeito de escolha.

REFERÊNCIAS

BOCK, S. D. Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO, T. O.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar e orientação profissional: fortalecendo as convergências. Revista brasileira de orientação profissional, São Luís: v. 11 n. 2, p. 219-228, jul.-dez. 2010.

COSTA, L. S. A orientação profissional na rede federal: relatos de uma experiência no distrito federal. In: NEGREIROS, F.; SOUZA M. P. R. Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior. Teresina: edufip, 2017. V. 3.

JORGE, J. P. Psicologia escolar e educação profissional e tecnológica: uma prática em construção. In: NEGREIROS, F.; SOUZA M. P. R. Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior. TERESINA: EDUFIP, 2017. V. 1.

LIMA, T. B. C.; ALENCAR, E. R. D.; SOUSA, S. T. A. Orientação profissional: escolhas possíveis, In: NEGREIROS, F.; SOUZA M. P. R. Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior. Teresina: edufip, 2017.

MOURA, D. H., LIMA FILHO, D. L., SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista brasileira de educação, v. 20 n. 63, p. 1057-1080, out-dez. 2015.

NEGREIROS, F.; SOUZA M. P. R. Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior. Teresina: edufip, 2017.

NEIVA, K. M. C. Processos de escolha e orientação profissional. 2 ed. São Paulo: Vetor, 2013.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 137-181, 2007.

NOSELLA, P. Ensino médio. Em busca do princípio pedagógico. Educação e Sociedade, Campinas: CEDES, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, out.-dez, 2011.

RAMOS, M. N. O pacto pelo ensino médio: reflexões (pregressas) sobre a educação científica. Margens - revista interdisciplinar, v.11, n. 16. p. 68-83, Jun 2017.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado. Lutas históricas e resistências em tempos de regressão *in*: ARAÚJO, A. C.; SILVA C. N. N. Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: IFB, 2017.

RIBEIRO, E. C. S. R.; SOBRAL, K. M.; JATAÍ, R. P. Omnilateralidade, politecnicidade, escola unitária e educação tecnológica: uma análise marxista. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, 1., 2016, Ceará. Anais. Ceará: UFC, 2016. p. 1-11.

ROSA, C. L.; LUZ, C. L. M. Orientação Profissional para adolescentes: uma experiência do IFC Campus Santa Rosa do Sul, *In*. NEGREIROS, F.; SOUZA M. P. R. Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior. Teresina: Edufip, 2017. v. 3.

SANTOS, M. G. C. A categoria de formação omnilateral em Marx e o trabalho enquanto princípio educativo. In: Seminário Internacional, I e Fórum de educação do campo da região sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 1. 2012, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: UFPel, 2012. p. 1-13.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnicidade. Trabalho, educação e saúde, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SPARTA, M. O Desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. Revista Brasileira de Orientação Profissional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2003, v. 4, p. 1-11.

ZEN, E. T., OLIVEIRA, E. C. A práxis filosófica no PROEJA: reflexões sobre as relações sociais capitalistas e a formação humana integral, Educ. Rev. v. 34, n. 69, p. 231-244, 2018.